

processo produtivo, de incubadoras, de tecnologia etc. Isso tem um *appeal* que faz com que se incitem os engenheiros das escolas de engenharia, se incitem os indivíduos de marketing. Já o social não é um fator incitante, não é um fator que mobilize a comunidade universitária. Eu tenho a impressão de que nós ainda não conseguimos colocar o social na pauta da universidade. Todo mundo vai falar: bom, mas a universidade tem uma função social. Eu não tenho dúvidas sobre isso. Mas os problemas sociais não estão na pauta da universidade na intensidade que a sociedade brasileira requer.

Quando uma empresa cria um instituto, uma fundação, cria um tipo de organização doadora de recursos. Nós somos muito acostumados a pensar o recurso, principalmente na universidade pública, pensando nos recursos públicos. E quando se recebem recursos privados, de cada dez indivíduos envolvidos nove viram o nariz porque é um dinheiro privado e não é um dinheiro público. E nós perdemos muitas vezes oportunidades que essas entidades privadas estão dispostas a oferecer. O lado privado está muito preocupado com resultado. A universidade está muito mais preocupada com o processo. Nós passamos muito tempo pensando no processo que a gente vai montar, de ensino, de avaliação. O resultado, às vezes, é longo no nosso tempo, não são resultados imediatos. E quem trabalha no empresariado está preocupado com resultado urgente, está preocupado com a questão de prazos. Não é parte da cultura universitária o cumprimento de prazos. Acharmos que isso é parte da liberdade científica, da liberdade acadêmica que nós temos. Então, esse é um problema bastante sério na relação com quem está acostumado a cobrar prazo, a cobrar resultado imediato das ações.

Nós montamos no nosso instituto um esforço muito grande que é de ajudar cada comunidade a criar o que a gente chama de um sistema local de investimento social privado. O Brasil é um país incrível. Nós somos um país que dá dinheiro a fundo perdido. Isso implica que se eu dou recurso a fundo perdido, eu me comporto só como um doador. Muita gente acha que na hora que fez o cheque para a creche ou para o não sei o quê, acabou seu papel de filantropo, de doador. Quando, na verdade, o cheque é o ponto de partida para se ser o investidor social, para se acompanhar o que aconteceu na história do seu dinheiro; o que aconteceu com a entidade para a qual se doou. E pode-se evoluir de ser um investidor social a um empreendedor social.

Finalizando, existem três coisas que eu gostaria de deixar como temas para se pensar. A primeira: a grande contribuição que realmente a gente poderia ter como extensão é saber qual o papel que se está fazendo para ajudar, apoiar e estimular o que chamo de líderes de transformação da sociedade. Nós não temos no Brasil,

eu repito, nós não temos no Brasil programas de oportunidades para capacitação, para dar apoio para o pessoal que hoje surge na liderança de diferentes instrumentos da sociedade. O Brasil não tem programas de liderança. E eu tenho a impressão de que a gente ainda tem um certo pavor de falar de líder porque a gente pensa nos líderes autoritários que nós tivemos. Mas não há ação que se realize sem um líder. Então, eu deixaria aqui um desafio, porque acho que é papel da extensão mexer com liderança.

A segunda coisa é a gente entender que conhecimento aplicado em problemas sociais dá valor agregado para a sociedade. E para que a gente entenda que existe valor agregado no que se faz no social, nós temos que fazer pesquisas sócio-ecomométricas sobre as ações sociais que a gente está fazendo. Eu não sei como medir qual foi o impacto dos meus projetos em desenvolvimento. Se a universidade não conseguir se debruçar e criar métodos e trabalhar essas idéias de estudos sócio-ecomométricos, acho que nós não temos muita chance.

O terceiro ponto a ressaltar é que se tem que trazer a extensão para o interior das discussões e da valorização da universidade. O fato da Capes não valorizar a extensão tem que ser confrontado frontalmente pela universidade e por quem faz extensão. Essa briga tem que ser uma briga das pró-reitorias de extensão.

## Por que a parceria com a Universidade ?



Rosalina Batista

Trabalhadora Rural, representante da Associação das Mulheres Batalhadoras - Londrina, PR.

É uma responsabilidade muito grande, nesses vinte minutos, representar os movimentos sociais e, ainda, representar o movimento das mulheres. A gente vem conquistando, nas últimas décadas, algum espaço, mas ainda há que lutar muito porque ficamos com a responsabilidade de fazer, mas na hora de decidir ainda somos poucas as mulheres que estão dentro das políticas de decisão do país.

Eu queria falar sobre o que é a Associação das Mulheres Batalhadoras de Londrina. Na década de oitenta houve uma participação nos movimentos sociais, as mulheres se organizando para participar como sujeitas na história. E a gente trazia à discussão a discriminação das mulheres das periferias, como trabalhar a igualdade das mulheres na sociedade. Eu, pessoalmente, trabalhadora rural, como muitas mulheres, perdi em 1964 – acho que todo mundo que conhece a história do Paraná

sabe – perdemos toda a lavoura de café, e fomos obrigadas a ir para a cidade em busca de serviço, em busca de estudo para os filhos, sem capacitação nenhuma para o mercado de trabalho da cidade. E muitas tinham condição de ter sua própria casa, mas outras não. Então, elas foram fundando aqueles grandes assentamentos. E esses assentamentos foram criando esses grandes desníveis sociais. A ponto da gente não conseguir emprego, não poder comprar sequer uma geladeira, um ferro nas lojas, se tivesse o endereço nesses assentamentos, onde a gente morava. Mas eu continuo morando lá, no Jardim. E eu fui mandada embora do serviço com seis dias de trabalho, não porque eu não soubesse limpar a casa da mulher, limpar o banheiro, mas porque eu morava no Jardim.

E eu pensei: a minha casa não era na favela, mas dividia com a favela, a rua. E o que eu fiz? Chamei as companheiras e discuti uma organização para a busca da integração da mulher com a sociedade, procurar o respeito e a cidadania. Porque se confunde cidadania com direito de compra. Porque o cidadão no país, para ter direito, ele tem que ter dinheiro. Se ele não tem posses e bens, ele não é respeitado como cidadão. Então, começamos a trabalhar essas questões na nossa Associação das Mulheres Batalhadoras.

Fundamos, no dia 19 de novembro de 1991, a nossa Associação das Mulheres Batalhadoras. Hoje, em Londrina, nós temos cinquenta e seis associações de mulher, entre a zona urbana e rural. Criamos a lei do Conselho Municipal do Direito da Mulher – é o primeiro município do país em que temos a Secretaria Municipal da Mulher, discutindo políticas públicas da questão da mulher e a participação nossa nessa questão.

E em julho, agora, de 2004, participei da Conferência Nacional de Políticas Públicas, na qual havia mais de duas mil e quinhentas mulheres. E muitas coisas que a gente discutiu em 1991 nós vimos virar políticas públicas.

Em 1995 eu fui convidada a coordenar um projeto da fundação *Kellog*, em Londrina, representando a comunidade. Eu não tive a oportunidade de estudar. Eu sou daqui, de Minas Gerais, do vale do Jequitinhonha. Fui para o Paraná com dezesseis anos, a minha mãe me criou na roça, para eu ajudar a criar os meus outros irmãos. Eu voltei a estudar depois que eu fui coordenar esse projeto, que reunia também pessoal da Academia. Na época, a academia via a gente ainda muito como “coitadinho”, mas nós éramos parceiros. O recurso era para dividir com as parcerias. E o que a gente fez muito bem foi a capacitação dos líderes para saber qual era o papel da universidade. Isso é muito importante, porque a universidade é o lugar de formar cidadãos, formar pessoas para atendimento. Porque todos os cursos são para atender. O aluno sai dali e vai atender o público. É médico, é advogado, é qualquer campo. Muitos têm condição de sair de lá e formar escritó-

rio, e ser médico, advogado, em qualquer parte melhor da sociedade. Mas muitos vão atender os movimentos sociais. E aí há um choque, porque eles têm toda aquela formação, mas quando eles chegam lá nos movimentos sociais não têm aquela preparação, aquela prática do dia a dia. Então nós trabalhamos isso, tentando que a universidade traga o aluno para a prática. Essa é a questão mais forte da parceria.

Porque a gente não consegue ser parceiro com o outro trazendo tudo pronto. Eu sempre discuto isso. A Associação das Mulheres Batalhadoras, com o apoio da Fundação Kellog, nós construímos uma sede, de 411 metros, no alto da favela. Nós pusemos computador, televisão nova, estúdio para as crianças fazer curso de vídeo, fazer entrevista, entender a imprensa, cursos de jornalismo, com parceria com alunos de universidades públicas, e com as particulares também. Quando nós fomos construir o prédio, fizemos o curso de pedreiro e encanador. O professor chegou e havia umas cinco mulheres e uns dois homens. Ele perguntou: “cadê os alunos?” Eu falei: estão aí. “Mas essas mulheres não vão subir na parede para construir.” E eu falei: “elas vão fazer o curso porque vão ajudar a gente a construir. A sede é da Associação.” Resultado: elas fizeram o curso, e ajudaram a construir, a cozinha nossa foi só elas que assentaram, o piso da cozinha e o acabamento.

Temos parceria com o curso de Fisioterapia da Universidade Estadual de Londrina, trabalhando com o grupo da terceira idade. Nós temos uma parceria também com curso de Hotelaria, preparando o jovem e a mulher para trabalhar nos hotéis, no curso de Turismo. O pessoal faz curso de camareira, garçom e recepcionista para hotel, e língua inglesa. E a parceria é assim: eles vão lá e perguntam qual é o projeto que nós precisamos. E eu mostro a área e digo para eles escolherem o projeto que querem trabalhar com a gente. Ano passado eu orientei seis alunos, três de Relações Públicas e três de Administração. Esses alunos moraram conosco lá nove meses. Só iam em casa dormir, comiam, viviam o dia na comunidade. Agora eles acabaram de receber um prêmio em Porto Alegre.

Outra coisa muito forte foi para nós a participação desses alunos no projeto Fome Zero. Em nossa cidade qualquer um podia pleitear o projeto. Mas fazer o projeto como? As pessoas não sabiam como fazer o projeto. E nós fizemos oficina coletiva. Nós chamamos cinquenta entidades para ir para lá para dentro da Associação, para oficina de elaboração de projeto. Foi uma oficina de aprendizado, porque eles aprenderam muito com as pessoas da universidade, e as pessoas da universidade aprenderam muito com as entidades. Bom, isso é o que eu acho da importância da parceria com a universidade.

Mas uma questão muito difícil é que a universidade não funciona no feriado. E no final do ano todo mun-

do sai de férias e o projeto é interrompido. Mas os movimentos sociais nunca param. Aí, há aqueles projetos interrompidos, muitos daqueles alunos vão embora e aí vêm outros e aí começa tudo de novo. Outra questão difícil é que a academia tende a levar tudo pronto. Você mora na favela, você mora na periferia. E a universidade diz: “ah, vamos trabalhar com aquela comunidade carente”. Com aquela visão de carência, aquela visão de sujeito excluído, e nunca leva em conta o sujeito também como ator e transformador do processo. Isso eu acho uma questão muito difícil.

Outro dia, numa reunião da Rede Unida, nós estávamos discutindo trabalho na área de meio ambiente com a comunidade. Questão da reciclagem, questão da ecologia, trabalhando o jovem, trabalhando a saúde com qualidade de vida. E trazendo à pauta do dia para eles que o ambiente em que eles moram tem que ser conservado. Isso para que a gente tenha um equilíbrio de vida bom. E eu falei com o pessoal da universidade: “tem uma discussão aí, seria legal se a gente estivesse trabalhando com os alunos de Medicina e Enfermagem. Mas, aí, perguntaram o que tem a ver Medicina com meio ambiente? Aí eu virei: “Não tem nada. Eu só não queria ser atendida por esse médico”.

É a comunidade, a sociedade que mais sofre com o fato de não haver compromisso de políticas públicas homogêneas. Alguns indivíduos custam muito caro para o governo. Eu fiz um levantamento lá na minha Associação, porque a gente pesquisa com os alunos. Pegam-se crianças de rua, crianças excluídas e começam a atender no projeto. Então, vai lá tira 2, 3, 4, 5 crianças da rua e trabalha, e traz isso como resultado. E eu fui visitando uma família e acompanhando. Então, há famílias que recebem recursos do Fome Zero e estão incluídas no projeto cultural, e estão incluídas em outro projeto, de atendimento na área da saúde. A gente foi somar e viu que aquele menino estava ficando muito mais caro para o poder público, mais caro do que se ele fosse atendido numa escola particular. E ele estava ficando desassistido. Porque um dia ele estava num canto e no outro dia ele estava no outro. E no outro dia ele estava na rua. Então, se se investisse nos projetos da comunidade, em que se consegue trabalhar a cabeça da mãe, em primeiro lugar, seria melhor. Não se recupera um filho se não recupera a mãe e o pai. Porque a criança fica no projeto durante o dia e, de noite, ela volta para a convivência da família, que não dá estrutura.

Então, a Associação das Mulheres Batalhadoras trabalha essa questão da auto-estima, da mãe, da família, para que ela se sinta incluída no processo. E aí se tem de usar várias estratégias para poder trabalhar. Eu queria deixar para vocês uma frase. Quem não sonha, não investe em mudança. Eu sonhei um dia, quando eu fui excluída, e hoje eu tenho muita satisfação de quando

eu sou convidada a falar. Porque eu acho que um sozinho não faz mudar, mas a sociedade toda está com tudo para fazer. Eu queria dizer que hoje, para mim, foi o dia mais importante da minha vida, estar nesta Universidade, não ser formada, acadêmica, mas ter essa oportunidade de estar aqui com vocês.